

STJ00114665

**ANTONIO DE AZEVEDO SODRÉ**

COAUTORA DA 2ª EDIÇÃO

**HELENA PINHEIRO DELLA TORRE**

COLABORADORES

MATHEUS GUIMARÃES CURY

ISABELA PINHEIRO PETROCELLI

MARIANE ANGÉLICA DE CARVALHO

MICHEL ALVES P. N. MELGUINHA

ÉDER AUGUSTO CONTADIN

EDUARDO DE MÉRCIO F. CONDORELLI

# **CÓDIGO FLORESTAL**

## **COMENTADO**

**LEI Nº 12.651/2012**

**2ª EDIÇÃO**

REVISTA E ATUALIZADA

PREFÁCIOS 1ª EDIÇÃO

SENADORA ANA AMÉLIA

SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA



**EDITORA MIZUNO**

QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

## Código Florestal - Comentado

© Antonio de Azevedo Sodré, Helena Pinheiro Della Torre

EDITORA MIZUNO 2022

Revisão de Português: José Silva Sobrinho

Revisão Técnica: Antonio de Azevedo Sodré e Helena Pinheiro Della Torre

1217381

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

C669 Código Florestal: comentado / Antonio de Azevedo Sodré, Helena Pinheiro Della Torre, Matheus Guimarães Cury, et al. – 2. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2022.

Outros autores  
 Isabela Pinheiro Petrocelli  
 Mariane Angélica de Carvalho  
 Michel Alves P. N. Melguinha  
 Éder Augusto Contadin  
 Eduardo de Mécio F. Condorelli

444 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-5526-507-1

1. Direito ambiental. I. Sodré, Antonio de Azevedo. II. Torre, Helena Pinheiro Della. III. Cury, Matheus Guimarães. IV. Título..

CDD 344.046

**Índice para catálogo sistemático**

I. Direito ambiental

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei nº 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à  
 EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460  
 Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210  
 Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)  
 e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>2. O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO COMENTADO</b> .....	35
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	35
CAPÍTULO II – DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.....	53
Seção I – Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente.....	53
Seção II – Do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente.....	60
CAPÍTULO III – DAS ÁREAS DE USO RESTRITO.....	66
CAPÍTULO III-A – DO USO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL DOS APICUNS E SALGADOS.....	69
CAPÍTULO IV – DA ÁREA DE RESERVA LEGAL.....	72
Seção I – Da Delimitação da Área de Reserva Legal.....	72
Seção II – Do Regime de Proteção da Reserva Legal.....	81
Seção III – Do Regime de Proteção das Áreas Verdes Urbanas.....	89
CAPÍTULO V – DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO.....	90
CAPÍTULO VI – DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL.....	100
CAPÍTULO VIII – DO CONTROLE DA ORIGEM DOS PRODUTOS FLORESTAIS.....	105
CAPÍTULO IX – DA PROIBIÇÃO DO USO DE FOGO E DO CONTROLE DOS INCÊNDIOS.....	108
CAPÍTULO X – DO PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO À PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	114
CAPÍTULO XI – DO CONTROLE DO DESMATAMENTO.....	127
CAPÍTULO XII – DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	128
CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	133
Seção I – Disposições Gerais.....	133
Seção II – Das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente.....	142
Seção III – Das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal.....	159
CAPÍTULO XIV – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS.....	169
<b>3. AS MENSAGENS SOBRE OS VETOS PRESIDENCIAIS DA LEI 12.651/2012</b> .....	181
<b>4. MEDIDA PROVISÓRIA N° 571, DE 25 DE MAIO DE 2012</b> .....	191
<b>5. PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 21 DE 2012, APROVADO NO CONGRESSO NACIONAL (DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 571, DE 25 DE MAIO DE 2012)</b> .....	201

5.1 LEI N° 12.727, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012 (CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 571/ 2012).	211
6. DECRETO 7.830, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012 .....	225
7. ANEXO: LINHA DO TEMPO SOBRE A EVOLUÇÃO LEGAL NO ESTADO DE SÃO PAULO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CF-2012 E APONTAMENTOS SOBRE DECRETO ESTADUAL 65.182/2020, RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SIMA 03/2020, SIMA 73/2020 e SAA 55/2020. ....	233
<b>8. ARTIGOS .....</b>	<b>257</b>
8.1. Meio ambiente e agricultura no novo Código Florestal* .....	257
8.2. Proteção e meio ambiente* .....	259
8.3. A vitória do bom senso* .....	261
8.4. Reforma do Código Florestal* .....	262
8.5. Reforma do Código Florestal – Problemas e Sugestões* .....	263
8.6. Mudanças que Afetam o Produtor Rural* .....	281
8.7. Pagamento Pelos Serviços Ambientais .....	283
8.8. Incentivos para a Preservação das Florestas – Securitização dos CCRAs* .....	284
8.9. Fazendas lá, ambientalistas aqui* .....	291
8.10. Código Florestal – A nova lei brasileira sobre as florestas privadas.....	293
8.11. Proteger a natureza e os seres humanos*.....	295
8.12. Reforma do Código Florestal: Uma Visão Equilibrada* .....	300
8.13. Reforma do Código Florestal* .....	303
8.14. Revisão do Código Florestal brasileiro: o foco no desenvolvimento sustentável*.....	304
8.15. Código Florestal: Esconjurando equívocos e preconceitos*.....	307
8.16. Novo x Velho: Primeira vitória do Novo Código Florestal nos tribunais de 1ª instância* .....	309
8.17. Receita explica isenção de ITR para reserva e APPs .....	309
8.18. Comentários sobre as decisões que declaram a constitucionalidade do Código Florestal no Supremo Tribunal Federal .....	310
8.18.1 A Constitucionalidade do Novo Código Florestal por Inexistência de Retrocesso.....	311
8.19.2 A Importância do Princípio da Separação dos Poderes para o Estado Democrático de Direito.....	314
8.19.3. Do Ato Jurídico Perfeito e Segurança Jurídica .....	317
8.19. Coletânea de Jurisprudência .....	319
9. Eficiência e Transparência na Gestão dos Ativos Ambientais do Brasil.....	428
9.1 Tabela de APPs e Reserva Legal .....	431
9.2 Exemplos de APPs após o novo CFB.....	436
10. Grandes Números das Florestas no Brasil.....	437
11. Exemplos de APPs e Reservas Legais em outros países.....	438
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>443</b>